



8.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 - Identificação

Instituto Politécnico de Castelo Branco

Av. Pedro Álvares Cabral, n.º 12 – 6000 - 084 Castelo Branco

Classificação Orgânica:

014 – Ciência e Ensino Superior

018 – Educação - Estabelecimentos de ensino superior

Instituto Politécnico de Castelo Branco

Tutela: Ministério da Educação e Ciência

Natureza e regime jurídico: pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, face ao Estado.

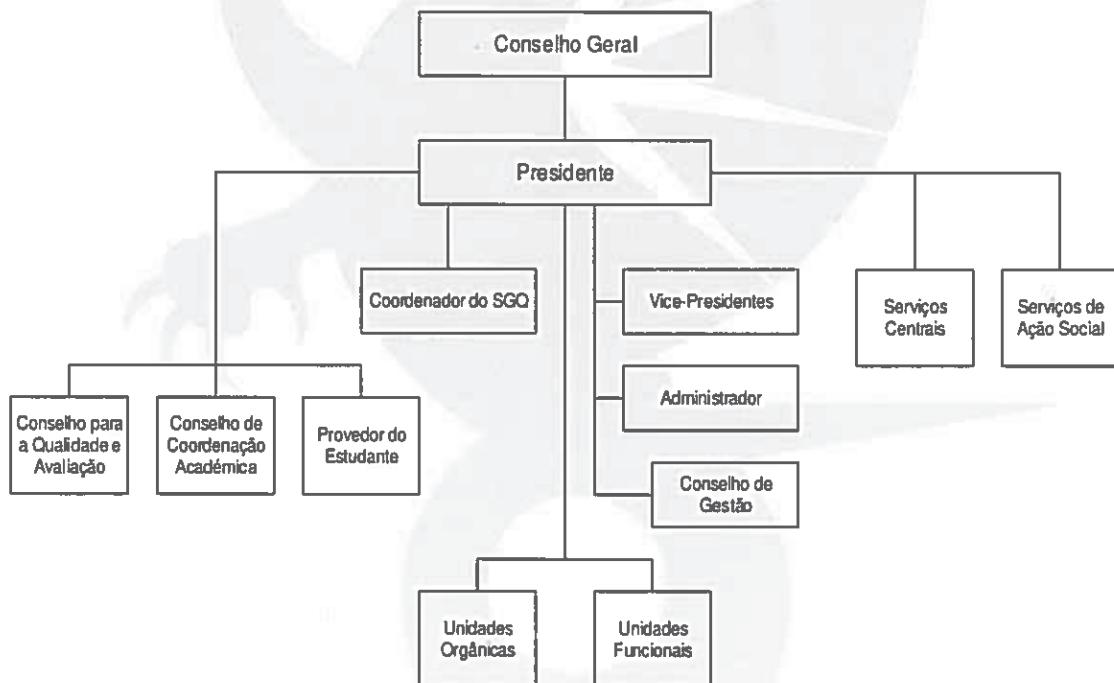
8.1.2 - Legislação

O Instituto Politécnico de Castelo Branco foi criado pelo Decreto-Lei nº 513 T/79 de 26 de dezembro e os seus estatutos publicados através do Despacho Normativo nº 58/2008, de 06 de novembro, retificados através da Declaração de Rectificação nº 78/2009, de 13 de janeiro.

8.1.3 - Estrutura Organizacional efetiva

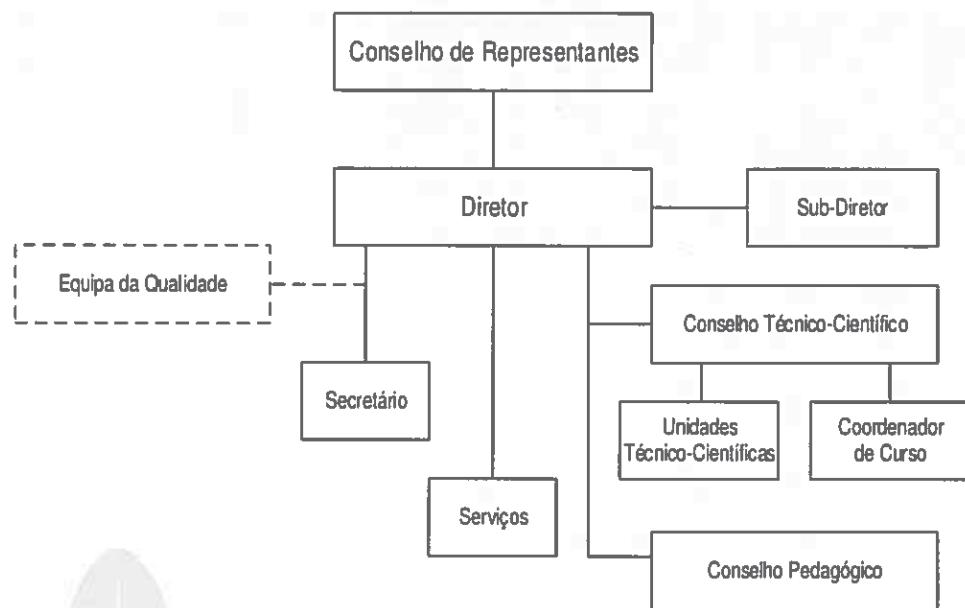
Os organigramas do Instituto Politécnico de Castelo Branco, Unidades Orgânicas e Serviços Centrais são os que se apresentam de seguida:

Organograma do IPCB

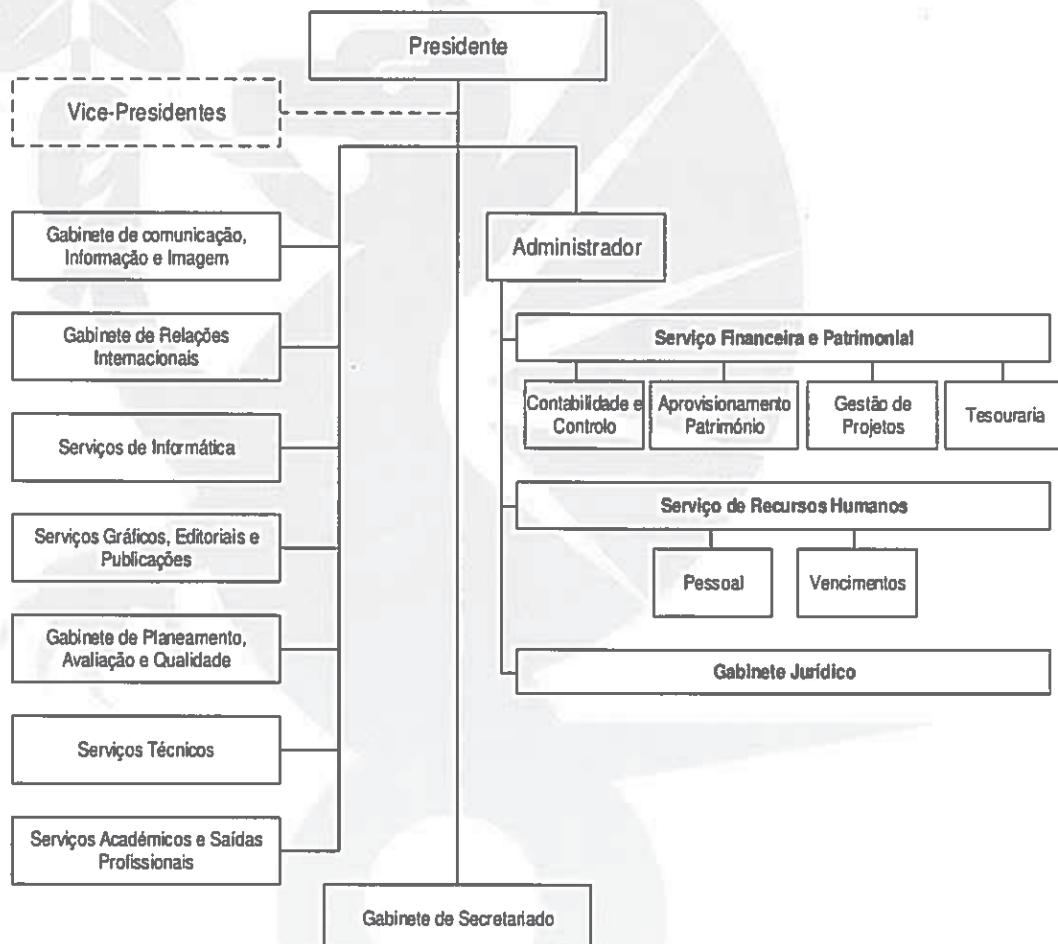




Organograma das Unidades Orgânicas



Organograma dos Serviços Centrais





8.1.4. - Descrição sumária das actividades

As atividades desenvolvidas constam do relatório de gestão apresentado.

8.1.5 - Recursos Humanos

No ano económico de 2015, os responsáveis pela direcção de 01 de janeiro a 31 de dezembro são os seguintes:

Carlos Manuel Leitão Maia	Presidente
António Augusto Cabral Marques Fernandes	Vice-Presidente
Nuno Filipe Alves Gaiola Castela	Vice-Presidente
Joaquim Raposo Nunes	Administrador
José Filomeno Martins Raimundo	Diretor
Ana Rita Baptista Garcia	Diretora
Sara Margarida Isidoro Frade de Brito Filipe	Sub-Diretora
Celestino António Morais de Almendra	Director
Francisco de Noronha Galvão Franco Frazão	Sub-Diretor
João Júlio de Matos Serrano	Diretor
Fátima Regina Duarte Gouveia Fernandes Jorge	Sub-Diretora
José Carlos Meireles Monteiro Metrolho	Diretor
Fernando Reinaldo da Silva Garcia Ribeiro	Sub-Diretor
Ana Paula Gonçalves Antunes Sapeta	Diretora
João Luís de Moraes de Oliveira Belo	Sub-Diretor



O número de efetivos de pessoal docente e não docente reportado a 31 de dezembro de 2015 corresponde ao detalhe dos quadros seguintes:

Relação jurídica de emprego / Cargo / carreira / grupo	Cargo político / Mandato	CT em Funções Públicas por tempo indeterminado	CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo	Comissão de Serviço no âmbito da LTFP	CT no âmbito do Código do Trabalho	Total
Dirigente superior de 1º grau	1					1
Dirigente superior de 2º grau	2			1		3
Técnico Superior		70	2			72
Assistente técnico		63			1	64
Assistente operacional		47				47
Informático		12				12
Docentes		188	224			412
Total	3	380	226	1	1	611

Prestações de Serviços	Número
Avenças	5

8.1.6 - Organização Contabilística

Em 2008, o Instituto Politécnico de Castelo Branco procedeu à centralização do Orçamento, sendo esta decisão aprovada em Conselho Geral, conforme Ata nº 2/2007, de 20 de junho, enquadrando-se posteriormente, tal decisão no âmbito da Lei nº 62/2007, de 10 de setembro.

Neste contexto, o IPCB integra para além dos Serviços Centrais, seis escolas superiores.

Os serviços de contabilidade são centralizados, existindo alguns pontos de cobranças nas unidades orgânicas.

Os registos são efectuados num sistema único, sendo um sistema integrado, o qual inclui a contabilidade orçamental, patrimonial e analítica.

Os livros de registo utilizados são os previstos pela aplicação das normas constantes do POC Educação, nomeadamente diário, razão e balancetes do razão.

Existe ainda o registo de inventário, nomeadamente todos os documentos previstos na Portaria que aprova o CIBE.

O arquivo dos documentos de suporte aos registos contabilísticos encontra-se organizado da seguinte forma:

Existe um arquivo único onde se encontram os documentos de suporte às operações orçamentais de cabimento. Neste arquivo e juntamente com o documento emitido informaticamente comprovativo do registo da correspondente operação orçamental encontram-se a documentação conexa relativa ao processo de aquisição subsequente, tais como propostas e documentos similares.

Existe um arquivo onde se encontram os documentos emitidos relativos às operações orçamentais de compromisso, as quais são efectuadas após a autorização legal para efectuar a despesa ter sido dada pelo órgão competente.



Os documentos de suporte dos custos e proveitos encontram-se em dois arquivos, consoante a sua natureza.

Juntamente com os documentos de suporte dos custos e proveitos é arquivada a nota de lançamento emitida pelo sistema informático.

Existe ainda um arquivo onde se encontram devidamente assinadas pelo órgão competente, todas as ordens de pagamento.

Como arquivos auxiliares existem ainda os seguintes arquivos de documentos:

Orçamento e alterações orçamentais; extratos bancários e reconciliações bancárias.

Existe um sistema informático de suporte ao sistema de contabilidade.

A contabilidade orçamental é efectuada em concordância com a contabilidade patrimonial e a contabilidade analítica, encontrando-se ambas no mesmo sistema.

No sistema contabilístico em vigor e para o ano de 2015 foram produzidas regularmente, pela entidade, informações relativas à execução orçamental e conciliações bancárias.

O Responsável

Em 13 de abril de 2016

O Conselho de Gestão

Em 13 de abril de 2016



8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no POC - Educação sendo que aquelas cuja numeração não existe não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Todos os valores encontram-se expressos em euros.

8.2.1 - As demonstrações financeiras e demais anexos relativos às contas do exercício de 2015 foram elaborados segundo as normas e princípios contabilísticos do Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação (POC - Educação) aprovado pela Portaria 794/ 2000 de 20 de setembro.

O princípio do custo histórico foi aplicado aos registos contabilísticos efetuados.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios da contabilidade definidos no POC – Educação.

Em todas as restantes operações materialmente relevantes não foram derrogadas nenhuma disposição do POC - Educação.

8.2.2 – As demonstrações financeiras e demais anexos respeitam ao período entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2015.

8.2.3 - No exercício económico de 2015 foram utilizados os seguintes critérios valorimétricos.

a) Imobilizações Corpóreas

i - Os bens do ativo imobilizado adquiridos ou obtidos por cedência, transferência e doação até 31/12/2001, com excepção dos edifícios e viaturas, encontram-se valorizados ao custo histórico.

ii – O cálculo das amortizações foi efetuado com base nas taxas definidas na Portaria 671/2000 de 17 de abril, que regulamenta o Cadastro e Inventário de Móveis do Estado (CIME).

iii – Os edifícios foram objeto de avaliação inicial por uma empresa corretora de seguros, Secrebeiras, Lda, em 05 de maio de 2003.

Face à necessidade da desagregação do valor patrimonial dos terrenos do valor patrimonial dos edifícios, o património urbano e rústico foi objeto de nova avaliação por uma entidade independente, o Engenheiro Agrónomo Luís Franco Mira, em abril de 2012 e retroagindo a dezembro de 2011, tendo sido solicitada a homologação à Direção Geral do Património.



À data do balanço a dezembro de 2015, o valor líquido contabilístico ascendia a 42.149.563,10€, com base na nova avaliação.

De acordo com esta avaliação, o valor dos terrenos e dos edifícios encontram-se espelhados em separado nas demonstrações financeiras.

v – As viaturas, com excepção das viaturas existentes na Escola Superior Agrária, foram objeto de avaliação por uma Comissão designada pelo Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco, conforme consta do ponto 2.4.4, do Manual de Procedimentos de Inventário.

A referida avaliação teve como critério o custo de mercado e foi aprovada em Conselho Administrativo a 17 de setembro de 2003.

vi – As viaturas afectas à Escola Superior Agrária foram objecto de avaliação por uma Comissão de Avaliação. O valor patrimonial das viaturas foi apurado em função da data da 1^a matrícula, estado de conservação e desvalorização das marcas e modelos. O período de vida útil foi considerado de acordo com a estimativa fixada no classificador geral do CIVE.

A referida avaliação foi aprovada em Conselho de Gestão, a 25 de julho de 2010.

b) Existências

As existências encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

c) Especialização de custos

O Instituto Politécnico de Castelo Branco registou os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, tendo as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas sido registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

d) Reconhecimento de proveitos

As transferências correntes obtidas do Orçamento de Estado, resultantes do orçamento aprovado e subsequentes alterações orçamentais, são reconhecidas como proveito no exercício em que ocorre o seu recebimento.

As transferências de capital obtidas do Orçamento de Estado ou outras entidades são registadas na rubrica proveitos diferidos, sendo reconhecidas nas demonstrações de resultados proporcionalmente às amortizações subsidiadas.

Este procedimento tem em vista o reconhecimento do benefício resultante do uso desses bens nos exercícios em que, fruto do registo das respectivas amortizações, foi reconhecido o seu custo.

8.2.4 - A conversão para euros dos valores expressos originariamente noutras divisas foi efectuada pela cotação em vigor à data das operações.



8.2.7 - Os movimentos das contas do activo immobilizado, constantes do balanço e das respectivas amortizações e provisões constam dos quadros que se seguem.

Ativo Imobilizado

U.M.: €

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
433	Propriedade industrial e outros direitos	12 278,21	0,00	0,00	12 278,21
421	Terrenos e recursos naturais	19 915 610,48	0,00	0,00	19 915 610,48
422	Edifícios e outras construções	32 469 772,11	657 339,14	0,00	33 127 111,25
423	Equipamento e material básico	7 336 116,93	1 850 306,72	-12 874,45	9 173 549,20
424	Equipamento de transporte	431 081,32	24 265,90	0,00	455 347,22
425	Ferramentas e utensílios	384 425,04	160,20	0,00	384 585,24
426	Equipamento administrativo	6 690 048,48	407 955,94	-37 669,68	7 060 334,74
428	Equipamento de biblioteca - livros	432 207,30	27 100,49	-42,28	459 265,51
429	Outras imobilizações corpóreas	732 459,75	33 877,02	-24 587,70	741 749,07
442	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
		68 403 999,62	3 001 005,41	-75 174,11	71 329 830,92

Amortizações e Provisões

U.M.: €

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
4833	Propriedade Industrial e outros direitos	3.460,93	0,00	0,00	3.460,93
4822	Edifícios e outras construções	2.232.398,44	297.714,56	0,00	2.530.113,00
4823	Equipamento e material básico	6.520.415,34	505.837,03	-4.923,38	7.021.328,99
4824	Equipamento de transporte	311.521,63	22.124,08	0,00	333.645,71
4825	Ferramentas e utensílios	372.009,29	3.113,69	0,00	375.122,98
4826	Equipamento administrativo	6.324.212,71	251.729,33	-32.676,60	6.543.265,44
4828	Equipamento de biblioteca - livros	417.832,56	15.747,89	0,00	433.580,45
4829	Outras imobilizações corpóreas	637.740,38	17.617,42	0,00	655.357,80
		16.819.591,28	1.113.884,00	-37.599,98	17.895.875,30

8.2.8 - Os serviços dispõem de um inventário elaborado segundo as normas do CIBE, estando elaboradas relativamente aos activos expressos nas demonstrações financeiras todos os mapas previstos na legislação em vigor.

Dos referidos mapas constam as informações relativas a:

A descrição dos activos immobilizados;

Valores dos bens adquiridos em estado de uso;

Datas de aquisição e reavaliação;

Valores de aquisição, ou outro valor contabilístico na sua falta, e valores de reavaliação;





Taxas de amortização;

Amortizações do exercício e acumuladas;

Alienações, transferências e abates de elementos do activo imobilizado, no exercício;

Valores líquidos dos elementos do activo imobilizado.

8.2.14 – Encontram-se à guarda do Instituto Politécnico de Castelo Branco os bens pertencentes ao Município de Idanha-a-Nova, que se encontram nas instalações da Escola Superior de Gestão.

8.2.31 - Os movimentos das contas de provisões acumuladas constantes do balanço, estão representados no quadro que se segue:

Provisões Acumuladas

U.M.: €

Rúbricas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291 Provisões para cobranças duvidosas	167.543,70	281.490,78	-155.728,60	293.305,88
292 Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
39 Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49 Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	167.543,70	281.490,78	-155.728,60	293.305,88

8.2.32 - A conta 5 teve os seguintes movimentos:

Fundo Patrimonial

U.M.: €

Rúbricas	Saldo Inicial	Reforço	Diminuições	Saldo Final
51 Património	24.034.205,46	6.800,00	0,00	24.041.005,46
576 Doações	103.262,13	50,00	0,00	103.312,13
577 Reservas decorrentes de trf de ativos	-112.852,89	0,00	0,00	-112.852,89
59 Resultados transitados	-2.440.423,31	0,00	-2.279.592,54	-4.720.015,85
	21.584.191,39	6.850,00	-2.279.592,54	19.311.448,85
88 Resultados líquidos (2015)	-1.647.835,25	2.532.431,09	-602.419,03	282.176,81

- a conta 576 foi movimentada pela doação de um bem a favor deste Instituto, por parte de um aluno deste Instituto.



- a conta 59 foi movimentada pelas seguintes variações:

- Transferência do resultado líquido de 2014 – 1.647.835,25€ (D);
- Correção da conta 2745 referente a valores de anos anteriores – 631.757,29€ (D).

O movimento na conta 59 foi efetuado por contrapartida da conta 2745 resulta dos seguintes factos:

No fecho de contas do ano de 2014 foram transferidas para a conta 74 receitas provenientes de subsídios ao investimento. Em 2015, por forma a regularizar esse movimento para que possa ser refletido na conta de proveitos diferidos foi feita a correção, afetando desta forma os resultados transitados.

8.2.33 - A conta 61 teve os seguintes movimentos:

				U.M.: €
Código das contas	Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
32/36 31	Existências iniciais	718,65	16.835,15	
	Compras	0,00	128.860,13	
	Regularização de existências	0,00	0,00	
	Existências finais	718,65	19.419,49	
61	Custos no Exercício	0,00	126.275,79	

8.2.34 – Demonstração da variação da produção:

			U.M.: €
Código das contas	Movimentos	Produtos acabados e intermédios	
33	Existências finais	16.935,00	
	Regularização de existências	0,00	
	Existências iniciais	9.660,00	
	Variação da produção	7.275,00	

8.2.35 - O valor das vendas e prestações de serviços discrimina-se da forma que se segue.

As prestações de serviços foram na totalidade efectuadas no mercado interno, com a seguinte discriminação:

Vendas		
	Rubrica	Valor
71111	Fotocópias impressos e publicações	3.370,25
71114	Material de papelaria	131,34
71115	Livros e publicações	990,52
71119	Outros bens	5.355,89
7114	Prod. Exploração agrícola	93.341,60
Total das Vendas		103.189,60



Prestação de Serviços		
	Rubrica	Valor
7122	Serviços de alojamento	1.155,00
7123	Realização de análises clínicas	916,50
7124	Realização de trabalhos gráficos	0,00
71251	Realização de estudos	25.145,18
71252	Assistência técnica	15.616,55
71253	Protocolos	21.734,31
71254	Serviços diversos	14.906,25
71255	Realização de análises químicas	29.848,58
71256	Consultas e sessões de tratamentos	32.584,60
71291	Ações de formação	31.806,00
71292	Inscrições em seminários e congressos	37.172,20
71299	Outros serviços diversos	6.193,03
7127	Devolução de prestação de serviços	-384,66
Total das Prestações de Serviços		216.693,54

Total das vendas e prestações de serviços	319.883,14
--	-------------------

8.2.37 - Demonstração dos resultados financeiros, como se segue:

U.M.: €

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício	Exercício	Código das Contas	Proveitos e ganhos	Exercício	Exercício
		12/2015	12/2014			12/2015	12/2014
681	Juros suportados	0,00	0,00	781	Juros obtidos	0,00	0,00
682	Perdas em entidades ou subentidades	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades ou subentidades	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	0,00	0,00
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
	...	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
687	Outros custos e perdas financeiros	16.370,63	14.598,54	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	Resultados financeiros	-16.370,63	-14.598,54				
	TOTAL	0,00	0,00			0,00	0,00



8.2.38 - Demonstração dos resultados extraordinários, como se segue:

U.M.: €

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício	Exercício	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	Exercício
		12/2015	12/2014			12/2015	12/2014
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	...		
694	Perdas em imobilizações	7.951,07	1.353,44	794	Ganhos em imobilizações	6.265,35	1.450,00
	Multas Fiscais				Benefícios de penalidades contratuais		
695	Aumentos de amortizações e provisões	0,00	0,00	795	Reduções de amortizações e provisões	0,00	0,00
696	Correções relativas a anos anteriores	0,00	2.491,54	796	Correções relativas a anos anteriores	155.728,60	223.116,81
697	Outros custos e perdas extraordinárias	4.107,77	6.458,07	797	Outros proveitos e ganhos extraordinários	4.320,85	3.802,49
698	Resultados extraordinários	0,00	0,00	798		730.339,88	361.682,47
		884.595,84	1.026.181,57				
		896.654,68	1.036.484,62			896.654,68	590.051,77

8.2.39 - Os movimentos ocorridos nas contas de acréscimos de proveitos, custos diferidos, acréscimos de custos e proveitos diferidos foram os seguintes:

U.M.: €

Conta 271 - Acréscimos de proveitos	
Saldo inicial	260.928,60 D
Proveito das propinas de 2015	189.735,26 D
Juros a receber	0,00 D
Regularização dos acréscimos 2014	260.928,60 C
Saldo final	189.735,26 D

U.M.: €

Conta 272 - Custos diferidos	
Saldo inicial	51.377,73 D
Assinaturas de revistas, livros e publicações	159,78 D
Contratos de assistência técnica	2.239,38 D
Seguros	38.169,87 D
Outros	0,00 D
Regularização dos acréscimos 2014	46.015,31 C
Saldo final	45.931,45 D



U.M.: €

Conta 273 - Acréscimos de custos		
Saldo inicial	2.539.864,86	C
Regularizações dos acréscimos de 2014	2.539.864,86	D
Custo férias e subs férias 2015	2.601.993,31	C
Comunicações	617,04	C
Água	2.650,54	C
Gás e combustíveis	4.245,16	C
Eletricidade	10.019,51	C
Contratos de assistência e outros	535,01	C
Outros	331,75	C
Saldo final	2.620.392,32	C

U.M.: €

Conta 274 - Proveitos diferidos		
Saldo inicial	30.388.250,44	C
Regularização pelo montante da amortização dos bens até 2015, subsidiados	729.369,81	D
Regularização do subsídio atribuído pela instalação do gás natural	561,15	D
Regularização dos proveitos diferidos referente às propinas 2014	800,00	D
Correções a anos anteriores	631.757,29	C
Subsídios para investimento 2015	1.868.153,64	C
Saldo final	32.157.430,41	C

8.2.40. - Mapa de Fluxos de Caixa

Demonstração das divergências entre o Mapa de Fluxos de Caixa e as disponibilidades do balanço

U.M.: €

Saldo de Gerência	851.892,81
Disponibilidades	851.892,81
Diferença	0,00

Não existem divergências entre o mapa de fluxos de caixa e as disponibilidades do balanço.

O Responsável

Em 13 de abril de 2016

O Conselho de Gestão

Em 13 de abril de 2016

